

As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso Rio Grande do Sul/Corrientes*

*Naia Oliveira**
*Tanya M. de Barcellos**

As fronteiras aparecem como tema relevante quando procuramos refletir sobre as profundas transformações em curso, em nível mundial, uma vez que constituem espaços particularmente sensíveis, relativamente às repercussões que esses novos processos alcançam em termos de suas dimensões locais. Ao mesmo tempo em que se flexibilizam para aumentar a rapidez dos fluxos econômicos entre os países, elas se contraem para a passagem de fluxos populacionais, em especial das migrações de lugares pobres para lugares ricos, aumentando a tensão entre os povos, num crescendo de conflitos, que se expressam fundamentalmente através das diferenças raciais, religiosas e culturais.

O incremento dos fluxos de mercadorias produz, ademais, impactos muito significativos em regiões fronteiriças, trazendo não só mudanças no seu papel econômico, como transformações profundas no quadro das relações sociais, cuja configuração se altera com a passagem e o estabelecimento de novos "atores" sociais e novas atividades.

Discutir a temática da fronteira no cenário da globalização, voltando o olhar para as áreas fronteiriças que hoje estão vivenciando, na América Latina, a experiência da integração de mercados, é o principal objetivo deste texto.

Partindo de uma reflexão mais geral sobre a questão da reestruturação econômica em escala planetária e passando pelo debate teórico que o tema da fronteira evoca, procuramos realizar uma rápida incursão especulativa sobre uma área situada na fronteira do Brasil com a Argentina, especificamente a franja fronteiriça constituída pelos limites do RS com a Província de Corrientes.

* Este texto é derivado da pesquisa **Aglomerados Urbanos da Fronteira Oeste do RS na Perspectiva da Integração Latino-Americana**, em desenvolvimento no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da FEE, com recursos da FINEP.

* Socióloga, Técnica da FEE.

O tema é novo, e a problemática que está na base de sua constituição como objeto de pesquisa configura-se como questão emergente. Nesse sentido, o artigo que estamos colocando em discussão representa o resultado de uma primeira aproximação dos pesquisadores com essa realidade, em meio ao desenrolar de uma dinâmica cujos contornos não estão ainda muito nítidos.

A reestruturação: impactos no território, no Estado e nas articulações econômicas internacionais

A abordagem que tem como foco as áreas de fronteira remete, antes de mais nada, a um quadro de compreensão das mudanças estruturais em curso neste fim de século, mudanças estas que afetam a base da produção capitalista, a política e a sociedade em nível mundial.

A internacionalização do capital, a mundialização das relações produtivas e comerciais e a redefinição da divisão global do trabalho promovem, inclusive, um reordenamento dos territórios. A emergência de um novo regime de acumulação de capital, a acumulação flexível, vem acompanhada de um processo de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, marcado por profundas mudanças nos princípios locacionais e na organização do trabalho (HARVEY, 1992).

São novas as articulações que advêm desse processo, no qual as mudanças tecnológicas são elementos cruciais, uma vez que ampliam as possibilidades de localização das atividades produtivas relativamente aos condicionamentos espaciais.

As mudanças tecnológicas suscitadas pela crise do sistema fordista de produção e pelo surgimento do modelo flexível incidem, assim, sobre a organização das atividades econômicas no espaço, alterando o quadro que caracterizou a etapa em que o fordismo foi dominante.

A fragmentação do processo produtivo por meio da introdução de novas tecnologias propiciadas pelo desenvolvimento da eletrônica e da informática, abrangendo a produção, a circulação e o processamento da informação, é elemento central para compreender a tendência à dispersão geográfica dos meios de produção, que se traduz, nas palavras de Octavio Ianni (1996, p.16), em "vasto rearranjo do mapa do mundo". A possibilidade de atomização dos processos produtivos, permitindo seu desdobramento em várias etapas, que podem ser fisicamente descontínuas ou deslocalizadas, amplia a liberdade das empresas relativamente aos fatores de condicionamento espacial. Isso se verifica graças à possibilidade de integração informatizada dos fluxos de insumos ao

desenvolvimento das comunicações, bem como aos avanços verificados nos sistemas de transportes, que reduziram seus custos e encurtaram consideravelmente os tempos de traslado (CICCOLELLA, 1994).

Essas mudanças são acompanhadas de novas condições em relação ao setor serviços. Os serviços para as empresas transnacionais e organizações internacionais, o apoio à gestão, pesquisa, reconversão e formação técnica tendem a sublinhar o papel central das novas metrópoles mundiais. Existe, portanto, junto com a relativa desconcentração industrial, um movimento paralelo de concentração, em alguns grandes centros urbanos — as chamadas cidades globais —, de segmentos terciários da produção, especialmente do setor financeiro, da produção do conhecimento e da informação e, ainda, das estruturas de poder e gestão.

Além disso, as mudanças na divisão internacional do trabalho embutidas nesse processo trazem um aumento do fosso que separa os países centrais, industrializados e desenvolvidos, dos países periféricos e subdesenvolvidos. Isto com relação não só a processos tecnológicos, mas também no que se refere à participação dos países no comércio mundial, indicando que a distribuição das oportunidades econômicas não é equilibrada, ao contrário, ela continua ressaltando as desigualdades entre as nações.

É importante observar que algumas características da reestruturação econômica começam a se impor através de aspectos comerciais. Trata-se da supressão de barreiras à circulação dos capitais, dos bens e dos serviços, à facilitação do transporte de cargas, à abertura comercial e à abertura das fronteiras, de modo que a rotação do capital possa se dar em ritmo cada vez mais rápido (SCHWEITZER, 1996).

Essas alterações ao nível da economia são acompanhadas de pelo menos dois fenômenos, que devemos examinar: o fim do *Welfare State* e o processo de organização dos países em blocos regionais, visando melhorar sua inserção no mercado mundial.

O Estado, além de perder sua função de promover o bem-estar social, através das políticas de educação, saúde, previdência, habitação e emprego, se viu reduzido no papel que desempenhava em matéria de produção, regulação econômica e ordenamento territorial. Ele começa a se sobressair como um instrumento facilitador do livre movimento de bens e capitais. Paralelamente, aumentou seu significado como responsável pela penetração e gestão tecnológica, pela criação de novas e melhores condições para a captação de investimentos estrangeiros e pelo desenvolvimento da competitividade externa.¹

¹ Sobre as mudanças no papel do Estado nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, ver, dentre outros, Harvey (1992), Arroyo (1997) e Ciccolella (1997).

Nessa nova realidade, surge uma recolocação das estratégias de planificação social e territorial, havendo uma transferência de funções aos poderes regionais e locais, e a conformação de mercados e estruturas reguladoras supranacionais e supra-estatais, que evidenciam a redução da capacidade de manobra e o significado do Estado nacional como agente regulador e planificador.

Observamos, portanto, um enfraquecimento do Estado-nação e a criação de instrumentos supra-estatais pelo grande capital. São acordos binacionais e associações regionais como a Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA); mecanismos de coordenação econômica internacional como o Fórum para a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC) e o Grupo dos Sete (G7); e o reforço do papel de outras organizações internacionais não estritamente econômicas como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (SCHWEITZER, 1996).

Nas últimas décadas, temos assistido, ainda, à formação de blocos regionais organizados para melhorar as condições de inserção dos países no cenário mundial, com a dominância de três blocos, o europeu, o norte-americano e o asiático do Pacífico, ao lado de associações menores, entre as quais temos o Mercado Comum Centro-Americano, o Pacto Andino e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), se tomarmos o caso da América Latina.

Esse novo relacionamento entre os países é denominado pela CEPAL como “regionalismo aberto”, ou seja, trata-se de um processo de crescente interdependência econômica em nível regional, impulsionado tanto por acordos de integração como por outras políticas, em um contexto de abertura e desregulamentação. O “regionalismo aberto” concilia uma melhor inserção internacional, aprofundando os nexos de interdependência entre os países da região (ARROYO, 1997).

Ao que parece, o processo de reestruturação sócio-econômica, política e territorial estabeleceu algumas precondições e necessidades que se acham vinculadas à integração entre economias nacionais. Na verdade, o regime de acumulação fordista havia gerado sistemas econômicos e territoriais bastante rígidos, onde as possibilidades de cooperação e associação no espaço se encontravam reduzidas. A etapa crítica do modelo fordista de produção e sua substituição pelo regime de acumulação flexível tendem a gerar sistemas econômicos nacionais abertos e interdependentes, que são compatíveis e funcionais com as experiências de integração econômica das nações (CICCOLELLA, 1994). No processo de reestruturação econômica, portanto, convergem tendências para a globalização e para a integração de blocos e associações econômicas regionais competitivas.

É importante levarmos em conta que são vários os níveis de integração, por ordem crescente de sua intensificação.

“A preferência aduaneira é a forma mais simples, logo seguida pela zona de livre comércio. Esta consiste em eliminar todas as formas de proteção (tarifárias e não tarifárias) entre as partes interessadas e em coordenar e harmonizar as políticas macroeconômicas. A união aduaneira é uma forma mais avançada de integração, uma vez que ela institui uma proteção comum, *vis-à-vis* ao Exterior. O mercado comum adiciona a essa forma de integração a livre mobilidade dos fatores de produção entre os países envolvidos e uma política comercial comum visando a uma harmonização mais completa das políticas. A união econômica constitui a forma mais avançada do processo de integração: a soberania monetária, já atenuada, deve desaparecer com a implementação de uma unidade comum.” (SALAMA, 1996, p. 253).

Nessa classificação, podemos identificar a situação do Mercosul, que se apresenta com uma proposta de mercado comum, embora esteja atuando ainda como zona de livre comércio.

Dentro do processo de integração econômica, há um redirecionamento do comércio internacional, verificando-se uma tendência de oposição entre multilateralismo e regionalismo, com o predomínio do multilateralismo. Cresce o volume de acordos bilaterais dos EUA com inúmeros países latino-americanos e caribenhos, do que decorre um fortalecimento da centralidade norte-americana na condução do processo de liberalização econômica. Assim, as possibilidades de incremento do comércio regional podem ficar enfraquecidas frente a essa tendência de expansão do multilateralismo.

As fronteiras no novo contexto mundial: repensando os conceitos

O novo quadro que se esboça com as mudanças que acompanham a globalização, e que repercutem fundamentalmente no processo produtivo, no papel do Estado e no território, gera fenômenos complexos tanto no âmbito mundial como no local. Nesse cenário, podemos situar a questão da transformação do perfil que estão sofrendo as áreas de fronteira entre os países.

A fronteira cumpre um papel importante no processo de rearticulação dos espaços, que ocorre com a emergência de novas modalidades da ação política.

“Com efeito, a existência de fronteiras não constitui um ato arbitrário, mas responde a uma lógica que se delineia tanto ao interior de um determinado espaço como nas relações deste com outros espaços.” (COURLET, 1996, p.11).

No processo de globalização, a erosão das fronteiras e a redução de poder dos Estados nacionais no panorama das relações econômicas e políticas em escala internacional aparecem como uma espécie de pressuposto. Observamos que as fronteiras nacionais, materializadas por legislações e por práticas sócio-culturais específicas, são apresentadas como entraves para o capital. Coloca-se como necessidade crucial a eliminação de tais barreiras, de modo a possibilitar o livre trânsito de mercadorias e capitais e a difusão de informações que ensejem a construção de novas práticas e de um consumo afinados com o caráter global que assume a sociedade capitalista nessa fase (MÉLO, 1997).

Visto sob uma outra ótica, o processo de globalização provoca ruptura de fronteiras, na medida em que são estabelecidas novas escalas produtivas com a transnacionalização da economia e com o surgimento de reagrupamentos nacionais.

Nesse movimento, no entanto, a esfera política freqüentemente não acompanha a econômica, o que resulta em problemas no exercício da cidadania e da representatividade, uma vez que a sociedade mundial estabelece suas relações sobre os territórios, não assumindo, porém, a função política. A nação fica fragmentada a partir do conflito que se estabelece entre o global e o local (MOURA, 1997).

No contexto contraditório do processo de mundialização da economia, a noção de fronteira tem mudado notavelmente, e o que se conhece como espaço fronteiro se constituiria hoje como produto das tensões e contradições multiescalares existentes entre a realidade local/regional e o exercício da soberania dos Estados nacionais, frente ao crescente poder de gravitação e pressão exercido pelo sistema econômico internacional. Assim, o que seria uma zona de choque ou diferenciação entre dois sistemas vem configurando-se em áreas de transição ou de interface. O que antes se chamava de “espaço fronteiro”, e que ocupava uma pequena dimensão de cada lado da fronteira, atualmente se amplia, formando verdadeiras zonas de fronteira ou espaços regionais fronteiros. Ficam atuando nesse espaço não só as diferenças étnicas, culturais, lingüísticas e religiosas, mas igualmente as mudanças que se desenrolam em vários planos, a nível do sistema de poder, do sistema monetário e do sistema de preços (CICCOLELLA, 1994).

São os territórios localizados sobre as margens fronteiriças os que sofrem os primeiros impactos das transformações em curso a nível mundial, que incidem

no meio ambiente, nas atividades econômicas, na utilização, ocupação e apropriação do solo e na construção de novas infra-estruturas de transporte. Esses territórios recebem, também, mudanças na dinâmica populacional, na qualidade de vida dos diferentes setores sociais e nas modalidades de gestão, a partir das novas articulações que se estabelecem entre os dois lados das fronteiras e entre as políticas locais, regionais, nacionais e supranacionais (SCHWEITZER, 1996).

Como anotamos anteriormente, a abertura das fronteiras nada mais é do que a supressão de barreiras à circulação dos capitais, dos bens e dos serviços e a facilitação do transporte de cargas e do comércio, de modo a tornar a rotação do capital cada vez mais rápida.

No contexto da globalização, por outro lado, também as migrações entre países tendem a se intensificar, especialmente os fluxos clandestinos, pois, para as populações, geralmente as fronteiras apresentam menor permeabilidade. As novas condições criadas pelo processo de integração afetam movimentos migratórios históricos e atuais. A migração clandestina e seu resultado, a presença de população irregular ou não documentada no país receptor, correspondem à ampliação de um mercado de trabalho "transnacional", onde o imigrante aparece, em geral, como mão-de-obra barata e temporária, que funciona como elemento disciplinador frente às exigências salariais e previdenciárias dos trabalhadores locais.

A maioria dos migrantes reside em condição ilegal, ocupa-se nos setores informais da economia e vive, em consequência, diversos outros fenômenos de marginalização social. Muitos desses movimentos não são estritamente laborais, mas correspondem a um projeto multifacetado de buscar uma nova condição de vida, mesclando-se na motivação razões familiares, políticas, culturais, étnicas e outras. A obtenção de trabalho é o móvel fundamental, mediado por outros fatores, como idade, educação, capacitação, nexos familiares e/ou rede de emigrados nacionais, o que traduz, em geral, a intenção de concretizar uma mobilidade social ascendente (KRATOCHWIL, 1995).

Em síntese, podemos dizer que, na fase atual de globalização da economia, as fronteiras formais já não expressam nacionalismos nem representam os limites da soberania de um povo. As fronteiras facilitam a entrada de capitais e investimentos, mas são usadas para excluir, através das migrações, os pobres, os negros e outros segmentos da população (MOURA, 1997).

Nesse sentido, é necessário qualificar as fronteiras, buscando desvendar seu conteúdo discriminante, que se manifesta nas dimensões econômica, política, social e cultural, separando indivíduos, grupos sociais e nações, mesmo dentro de um único espaço físico-geográfico.

É fundamental neste momento da abordagem introduzirmos a discussão mais estritamente conceitual sobre nosso objeto de reflexão, ou seja, sobre as fronteiras, procurando chamar atenção para seu significado histórico, material e simbólico, já que as mudanças que experimentam nessa fase de desenvolvimento do capitalismo se manifestam em vários aspectos da organização social, econômica, política e cultural dessas áreas .

“As fronteiras apresentam-se no imaginário social como um limite. Há nessa visão uma perspectiva de orientação geopolítica, que pensa a fronteira como um limite burocrático-administrativo entre municípios, regiões, unidades da Federação ou entre Estados nacionais. Mas essas são as fronteiras imediatas, podemos dizer, materiais. As fronteiras aparecem, via de regra, no imaginário e nos tratados como algo naturalizado, como uma categoria auto-explicativa, como um dado da História.” (MÉLO, 1997, p. 68-69).

O conceito de fronteira remete, portanto, à idéia de limite, resultante da afirmação da soberania de um estado sobre um determinado espaço. Trata-se de limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado. A fronteira tem um limite formal, que é o limite do exercício do poder. Suas linhas demarcatórias, às vezes físicas, imagináveis ou não, definem os recortes de territórios político-administrativos, dentro dos quais vigoram leis e é executada a ação do Estado.

A fronteira é, por outro lado, uma área estratégica, e as relações que nela se expressam a tornam constantemente móvel, ou seja, as fronteiras são sempre transponíveis por trocas estabelecidas pela sociedade: elas se abrem ou se fecham, dependendo da origem dos interesses que estão presentes (MOURA, 1997). A fronteira ao mesmo tempo proíbe e autoriza a passagem, pois é uma construção histórica resultante de relações de força entre grupos ou classes sociais, típicas de sociedades capitalistas.

Em relação ao funcionamento do capitalismo, Courlet defende a idéia de que

“A fronteira não é um obstáculo em um território, mas um mecanismo que resulta de toda e qualquer ação nesse território. (...) Graças a ela, o capitalismo evolui, separa, diferencia, regula. A fronteira é múltipla em suas funções, em seu significado” (COURLET, 1996, p.11).

Se pensarmos em termos históricos, veremos que o capitalismo desloca as fronteiras em função de suas necessidades. Quando uma fronteira desaparece, surgem outras fronteiras, que são usadas para garantir a continuidade da produção capitalista.

A idéia de fronteira incorpora um caráter contraditório ainda sob outro ângulo, pois, ao mesmo tempo em que a fronteira separa nações, ressaltando suas identidades, pode também diluí-las, já que, enquanto primeira porção de tangência, traz a potencialidade de expressar um espaço de identificações (OLIVEIRA coord., 1996).

E ainda, conforme Bourdieu,

“(...) a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito” (BOURDIEU, 1989, p.115).

Bourdieu afirma que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões “naturais” separadas por fronteiras “naturais”. Trata-se de representações, que podem estar embasadas em critérios objetivos, como ascendência, território, língua, religião, atividade econômica, ou subjetivos, como o sentimento de pertencimento (OLIVEIRA coord., 1996).

Podemos observar manifestações sociais peculiares na área de interface das zonas próximas à fronteira, ou seja, existem diversas formas de vinculação entre indivíduos e grupos, envolvendo diferentes áreas da vida social, cultural e familiar, dentre outras. Encontramos usos, costumes, valores, expressões idiomáticas, comuns às populações fronteiriças, que muitas vezes as tornam mais integradas entre si do que com o restante da população dos países a que pertencem.

A configuração das fronteiras também sofre, portanto, a interferência das relações de vizinhança, relações que são dinâmicas, podendo variar desde a amizade ou integração à indiferença e, até mesmo, no limite, à hostilidade.

Ao mesmo tempo, a estrutura social que se forjou nas áreas de fronteira fica virtualmente ameaçada quando começam a se manifestar os fenômenos decorrentes da abertura dos mercados, pois surgem novas relações sociais que são, muitas vezes, disruptivas em relação aos mecanismos consolidados no sistema social. Podemos observar, por exemplo, que, com o incremento dos fluxos, se estabelece nessas áreas uma população flutuante, o que provoca, frequentemente, um aumento dos índices de prostituição e de delinquência em geral.

Não devemos desconsiderar o papel da linha de fronteira, através da qual se movem produtos e pessoas, em deslocamentos orientados para destinos localizados fora de tais áreas. São exemplo de situações de passagem, além do comércio, o turismo, o narcotráfico e o contrabando, cujos pontos principais de destino se encontram, seguidamente, fora da área de fronteira. A configuração

de “corredor” de passagem, na verdade, produz uma interferência na organização social, que, muitas vezes, assume um caráter desagregador.

Tendo em vista os processos de integração em curso, é possível, cada vez mais, considerar, como Gonzáles Posse (1991, p.68), que

“(…) El área de frontera es en realidad un área de interfase, dado que en general las influencias recíprocas determinan especialidades de comportamiento de dicha área en relación con el resto de los respectivos países”.

Torna-se necessário, ainda, enfatizar o fato de que as áreas de fronteira são subespaços nacionais, que podem estar mais ou menos integrados, ou relativamente isolados, à dinâmica de seus países.

Bourdieu, quando afirma

“E, de fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência.” (BOURDIEU, 1989, p.),

chama atenção para a relação que se estabelece entre região e metrópole, a primeira entendida como periferia, e a segunda, como centro, relação que pode ser transposta para a análise das fronteiras, uma vez que elas aparecem como espaços periféricos dentro dos territórios nacionais. Essa relação explicita a estigmatização produzida pela distribuição desigual de poder e de riqueza no território.

As fronteiras do Mercosul: espaços periféricos em transformação

Voltando agora nosso olhar para a realidade das fronteiras latino-americanas, particularmente das áreas abrangidas pelo Mercosul, podemos encontrar alguns elementos importantes que marcam essas conformações.

Primeiramente, observamos que, na história recente, a maioria dos países experimentou o predomínio, durante muito tempo, da chamada “política de segurança nacional”, que se traduziu em dificuldades no relacionamento entre as nações vizinhas. Somente no início da década passada, começou o processo de distensão das relações bilaterais no Cone Sul.

A base das relações dominantes no momento anterior era uma concepção nacionalista, que enfatizava a idéia de que a fronteira é o “órgão periférico estatal”

unido à existência dos Estados nacionais, produzindo como resultado a criação de uma franja defensiva-ofensiva que concentrava as forças de cada Estado (RECONDO, 1988, p.41).

Em termos de sua caracterização sócio-econômica, as áreas fronteiriças, do mesmo modo que as regiões do interior dos países, em geral apresentam um baixo nível de desenvolvimento, menores densidades de população, tendência à monoprodução e uma forte dependência, no plano comercial, financeiro e político, dos centros principais de decisão localizados nas costas marítimas.

Essa situação foi influenciada pela forma de exploração dos recursos naturais, da qual derivou o assentamento da população e o tipo de sistema produtivo. A quase-inexistência de comércio entre os países do Cone Sul, somada ao relativo isolamento, produziu um *modus vivendi*, interno a essa realidade, de “distância, conflito e subdesenvolvimento, ao qual não são estranhos o contrabando, a migração ilegal e, nas últimas décadas, o narcotráfico” (VALECIANO, 1996, p.186).

As áreas de fronteira constituem, ademais, espaços periféricos frente aos fluxos de negócios e de investimentos operados a partir das empresas das grandes metrópoles, que aparecem como os pólos privilegiados. Em menor medida, algumas cidades regionais são inseridas nesses fluxos.

Essas áreas podem, então, ser caracterizadas como economias regionais relativamente isoladas dos centros dinâmicos e de decisão nacionais e com potencial de desenvolvimento reprimido por essa situação. O isolamento e a estagnação que aí se verificam decorrem não só dos problemas relacionados com as políticas de segurança nacional, já mencionados, mas estão vinculados, fundamentalmente, à herança da formação histórica, que derivou no predomínio da grande propriedade, e ao modelo de desenvolvimento, que foi hegemônico após os anos 50 no continente americano, de substituição de importações, que tinha traços marcadamente concentradores.

Outras características devem ainda ser referidas para demarcar as especificidades de nossas áreas fronteiriças. Uma delas é a concentração de oportunidades ensejada pela situação de fronteira, que provoca a convergência de um grande movimento de bens, serviços e pessoas que procuram aproveitar-se dessa particularidade. Entre os países vizinhos, encontramos uma base humana e geográfica semelhante, fator que propicia a formação de um espaço transfronteiriço.

As fronteiras latino-americanas apresentam ainda um traço comum, que é a baixa autonomia de que dispõem seus governos para tomar decisões com relação às atividades locais. Nelas encontramos, ainda, problemas com relação à exploração dos recursos naturais e sérias deficiências no provimento de vias de comunicação.

No que se refere aos países do Mercosul, podemos falar, antes de mais nada, numa continuidade ecogeográfica entre os quatro países, que favoreceu, em termos gerais, o desenvolvimento de uma vocação econômica e de uma pauta produtiva similares. Porém, apesar dessa continuidade ecológica, as regiões fronteiriças apresentam grandes diferenças e são freqüentemente frágeis em termos econômicos, uma vez que elas são dependentes, como em geral acontece com as áreas de fronteira, das facilidades exclusivas da situação fronteiriça. Além disso, elas se encontram distantes do eixo dinâmico concentrado no Litoral Atlântico e no Prata.

Nessas áreas, encontramos fluxos econômicos de ordem estrutural e permanente, que constituem as trocas de bens, serviços e informações entre espaços cujas vocações e produções apresentam algumas diferenças. Em certa medida, os fluxos transfronteiriços são motivados por mecanismos regionais de compensação, ou seja, há uma espécie de complementaridade na economia dos dois lados da fronteira. Uma parte desses fluxos é difícil de ser contabilizada, pois se refere ao contrabando, seja de produtos industrializados, que é o mais freqüente, seja, inclusive, o histórico contrabando de gado.

Outros fluxos que ocorrem nessas fronteiras são conjunturais e se devem às flutuações cambiais e às variações existentes nos preços das mercadorias, constituindo um fator de dinamismo urbano para ambos os lados da linha que separa os países (PÉBAYLE, 1994).

Caso particular são áreas limítrofes com assimetrias em relação à atividade econômica ou à população, conferindo dinâmica particular, já que os fluxos de bens e serviços se dão de forma desequilibrada.

No plano político-administrativo, é possível detectar sempre sobre as fronteiras uma superposição de funções, atribuições e legislações de diferentes níveis dos estados e, simultaneamente, a ausência de mecanismos de coordenação dos organismos responsáveis por sua aplicação. As decisões são tomadas de modo vertical, o que significa, nos países de regime federativo, a ruptura do princípio da autonomia (SCHWEITZER, 1996).

No nível provincial-estadual, a Argentina e o Brasil são organizados como federações, o que significa, teoricamente, maior autonomia dos governos, supondo a possibilidade de projetos regionais de ordenamento de território.

Nas últimas décadas, as práticas defensivas e não colaborativas do período anterior perderam relevância, ao mesmo tempo em que ocorreram a consolidação da soberania interna na totalidade dos países do Mercosul e a admissão final da legalidade de fronteiras comuns antes disputadas. Tal processo de distensão tem resultado na adoção, por algumas administrações, de cooperações interfronteiras.

Os países da região estão promovendo iniciativas de integração física, que incidem sobre a fronteira. São especialmente relevantes as que envolvem a implementação de grandes projetos de infra-estrutura de transporte e energia, assim como das atividades associadas, e que produzem fortes impactos nas regiões fronteiriças (SCHWEITZER, 1996).

Após a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, não houve, ainda, uma definição de instrumentos de ordenamento territorial, mesmo para as áreas de fronteira. Entretanto observamos que ocorrem avanços nesse campo, nas relações entre alguns países do Mercosul, principalmente entre o Brasil e a Argentina. São acordos de cooperação e facilitação fronteiriça e ainda outros mecanismos setoriais de transporte, liberalização comercial e coordenação de políticas econômicas, que provocaram numerosos efeitos sobre as fronteiras. Encontramos, também, acordos envolvendo a exploração compartilhada de recursos e o desenvolvimento regional fronteiriço (SCHWEITZER, 1996).

Os Comitês de Fronteira, criados em 1978, são, igualmente, exemplos relevantes — nesse caso anteriores ao Tratado de Assunção — desse processo de integração que envolve as áreas de fronteira do Mercosul.

Deve ser ressaltada a importância dos Comitês de Fronteira, em especial por dois aspectos neles contidos. Um remete ao papel exercido pelos cônsules que respondem pela presidência desses comitês, enquanto representação dos Estados, assumindo funções no campo político e diplomático. O outro aspecto que devemos referir é o caráter inovador dos Comitês, enquanto figura jurídica que enfatiza a noção de (sub)região fronteiriça, definida como uma região que abarca diferentes países e que se constitui como espaço de integração e não de separação (RECONDO, 1988).

No que diz respeito às relações de vizinhança e aos aspectos culturais que caracterizam a região fronteiriça, em geral se aponta a inexistência de hostilidades entre os habitantes lindeiros. Embora a origem histórica esteja em grande parte marcada pelas guerras, em função da demarcação dos domínios de Portugal e da Espanha na região, a semelhança das estruturas sociais que se desenvolveram nos dois lados, bem como o exercício cotidiano da mobilidade populacional que se verifica entre essas áreas são fatores a considerar na presença de relações amistosas entre os vizinhos.

Pébayle anota ainda sobre essas populações: "(...) os fronteiriços do Cone Sul repartem uma percepção do tempo e do espaço infinitamente mais ampla do que a existente nas populações interioranas" (PÉBAYLE, 1994, p.).

Tal característica do fronteiriço deriva, em grande parte, da contingência de se confrontar com outra cultura, ou seja, de conviver com o "estrangeiro". A decorrência disso seria um relativo "desenraizamento", propiciado pela experiência de vivenciar um horizonte mais amplo, proporcionado pela situação de fronteira.

Como ilustração, podemos traçar um paralelo entre essa questão, posta pelo autor, e a visão literária da fronteira do RS como “corredor”, pois, nessa área, a permanente passagem, ou trânsito, não só de pessoas, abre um amplo campo de possibilidades de contatos e experiências², constituindo-se em fator de diferenciação de suas populações relativamente a outras populações do interior.

Encontramos também nessas áreas uma “cultura de renda” desenvolvida pelo estancieiro, fenômeno que engendra comportamentos bastante opostos à lógica produtivista da acumulação de capital (PÉBAYLE, 1994). Essa característica está vinculada ao predomínio, nessa região, do latifúndio, que permite ganhos a seus proprietários sem exigir o dinamismo da empresa capitalista. Com isso, a construção de uma “mentalidade” empreendedora fica relativamente comprometida.

Traços fundamentais na conformação da fronteira Rio Grande do Sul—Corrientes

Na tentativa de alcançar, finalmente, a problemática fronteiriça específica da região formada por Corrientes e pelo RS, nos marcos da realidade do Brasil e da Argentina, devemos destacar alguns elementos de sua formação histórica³.

A “região platina” caracterizou-se pela disputa travada pelos dois impérios ibéricos, onde as cidades emergiram de uma conjuntura conflitiva para garantir e até expandir os limites de suas soberanias. Esse espaço fronteiriço, incluindo também o Paraguai, foi marcado, inicialmente, pelo trabalho dos jesuítas, que imprimiram uma cultura própria à região, desmantelada a partir dos processos de independência que desembocaram na criação dos Estados nacionais.

Na fronteira sul do País, podemos encontrar pontos de continuidade, no sentido da infiltração de influências: foi assim “(...) enquanto durou o comércio luso-platino, principalmente antes de 1640, com a migração de portugueses para Buenos Aires e o interior da bacia platina” (KERN, 1982, p.158). Também as oposições, as diferenças de interesse, tiveram momentos de maior intensidade, como foi a oposição entre jesuítas e bandeirantes até 1641, quando os limites das colônias espanholas foram “empurrados” para o oeste (ibid., p.158).

² Ver a trilogia **Fronteira Agreste, Caminhos do Sul e Casas Acolheradas** de Ivan Pedro de Martins.

³ Para uma visão mais detalhada da formação histórica da “região platina”, ver Freitas (1990), Kern (1982), Neves (1976), Nuñez (1990), Osório (1990).

Em toda a região, a pecuária extensiva constituiu-se na atividade produtiva predominante e, nos padrões em que era praticada, foi a responsável pela forma de apropriação da terra, a grande propriedade, originando unidades administrativas de grande dimensão territorial e de baixa densidade populacional.

Na região em foco, encontramos também as bases da constituição da identidade gaúcha, que, no imaginário da população, assume o perfil da coragem, virilidade e mobilidade. Na verdade, os valores derivados da história de guerras e do trabalho campeiro foram incorporados à figura do gaúcho a partir dos interesses dos grandes proprietários de terra, aos quais convinha igualar peão e soldado (OLIVEN 1992), de modo a mistificar o quadro de grandes desigualdades sociais que marcavam aquela sociedade.

Historicamente, o latifúndio contribuiu para a construção de uma região de baixo desenvolvimento, que aparece como uma oposição à região colonial, onde se concentrou o desenvolvimento industrial do Estado, ficando este atribuído ao "espírito empreendedor" do imigrante, que se contrapõe à herança luso-brasileira dos habitantes do sul.

As províncias da região nordeste da Argentina, entre as quais se inclui Corrientes, mantiveram-se, e vêm se mantendo, relativamente à margem da dinâmica da economia nacional. No período colonial, a economia mineradora estruturava-se no eixo Buenos Aires—Córdoba—Tucumán. Posteriormente, o desenvolvimento foi sustentado pela economia agroexportadora, com o predomínio da região pampeana. O processo de industrialização do País, já no século XX, a partir de meados da década de 30, concentrou-se, basicamente, em torno da capital federal. A estrutura econômica da Argentina caracteriza-se, ainda hoje, por profundas desigualdades regionais⁴, preponderando um sistema urbano polarizado na metrópole. A Província de Corrientes tem sua economia baseada, principalmente, na produção primária, organizada de forma tradicional, e o setor industrial restrito à transformação de produtos agropecuários, permanecendo na periferia do processo de desenvolvimento econômico. O setor agropecuário correntino reduziu sua participação na economia nacional nos anos 80, quando metade desse setor correspondia à agricultura, onde o arroz, a erva-mate e a laranja eram os principais produtos; na pecuária, o gado bovino e o ovino detinham a maior importância (DIAGNÓSTICO..., 1985).

No Brasil, a configuração assumida pela ocupação do território, dados os ciclos econômicos que se desenvolveram sucessivamente em torno de uma

⁴ Com relação às desigualdades regionais da economia argentina, indicamos consulta a Rofman, Marqués (1988).

área e de um produto, engendrou, desde o período colonial, expressivos espaços de concentração populacional e econômica em vários pontos do território. Tais características contribuíram para a formação de uma rede urbana relativamente complexa, em comparação com a dos demais países latino-americanos, onde prevalece um sistema fortemente polarizado. A industrialização, que substituiu a economia primário-exportadora, concentrou as atividades industriais modernas, originando o maior centro urbano do País — São Paulo — situado na Região Sudeste. No entanto essa situação não foi suficiente para conformar um modelo polarizador, pois o País apresenta outros significativos parques industriais, entre os quais o Rio Grande do Sul sustenta o quarto lugar. Cabe ressaltar que, embora com uma rede urbana mais equilibrada, o Brasil apresenta profundas desigualdades regionais, sendo exemplo a situação das Regiões Norte e Nordeste quando comparada à das Regiões Sul e Sudeste (ALONSO, BANDEIRA, 1990; OLIVEIRA, 1990).

O Estado do Rio Grande do Sul também carrega internamente suas disparidades regionais, que têm origem, basicamente, no desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas com a pecuária no sul e com a lavoura no centro e no norte. A industrialização que se desenvolveu em torno de Porto Alegre fortaleceu essa área, destacando-a como centro de crescimento econômico. A Campanha, região em que se localizam os Municípios de Uruguaiana, São Borja e Itaqui, que compõem a fronteira do Rio Grande do Sul com Corrientes, é caracterizada por uma produção eminentemente agropecuária, apresentando um baixo desempenho nos últimos anos, com ressalvas à lavoura do arroz. No que diz respeito à indústria, a região experimenta um permanente declínio, com exceção da beneficiadora de arroz (ALONSO, BANDEIRA, 1990).

Cabe ainda ressaltar, nesse panorama sintético sobre o desenvolvimento recente dessa região transfronteiriça, as tendências do fenômeno migratório, pois ele vem assumindo maior complexidade, na medida em que a rearticulação da economia impõe uma diversidade de estratégias para a população na busca de inserção no mercado de trabalho.

As análises sobre a dinâmica demográfica da Argentina nas últimas décadas chamam atenção para a ocorrência de algumas alterações significativas na distribuição espacial da população. A área metropolitana de Buenos Aires, que foi historicamente a grande receptora de deslocamentos populacionais internos e de imigração de países limítrofes, entre 1970 e 1980 passou a perder população em termos absolutos. Acompanha esse fenômeno o crescimento de outros centros urbanos, tais como as capitais e outras cidades intermediárias das províncias (ROFMAN, MARQUÉS, 1988).

Em termos gerais, os estudos apontam mudanças na direção dos fluxos migratórios no Brasil, constatando predomínio do sentido urbano-urbano, com

perspectiva de crescimento das cidades de porte médio. Essas transformações podem estar ocorrendo em função de uma maior capacidade de retenção, e até de atração, de outras áreas fora das metrópoles, tendo em vista, de um lado, o processo de reestruturação das bases da produção industrial, que estaria engendrando um movimento de desconcentração da produção⁵, e, de outro, as articulações econômicas relacionadas com o avanço do capital agroindustrial (BÓGUS, MONTALI, BAENINGER 1990).

Anotações finais: comentários acerca das perspectivas de nossa fronteira

Para concluir esta reflexão, é importante, tendo em vista as mudanças globais em pauta, realizarmos alguns comentários sobre certos aspectos da realidade da fronteira do Rio Grande do Sul com Corrientes, uma vez que sobre essa área é crescente a incidência das políticas do Mercosul.

Antes de mais nada, é necessário pensarmos sobre as conseqüências, nessa área de fronteira, do aumento dos fluxos de mercadorias. Esses fluxos poderão ter ainda maior significado, já que, no caso do Mercosul, eles se acham ainda longe do nível alcançado no Mercado Comum Europeu. Na região do Mercosul, somente 20% do comércio se realiza internamente. O exemplo de Paso de los Libres e Uruguaiana, não obstante, é demonstrativo da saturação que pode ocorrer, provocando grandes demoras no transporte de veículos, já que por ali passa cerca de 70% do tráfego de carga do Mercosul (VALENCIANO, 1996). As expectativas dirigem-se agora para São Borja, com o início do funcionamento da Ponte Internacional, que deverá absorver uma parte dos fluxos, ou, ao menos, do aumento que eles vêm tendo. Também os impactos negativos sobre a estrutura urbana (viária, uso e ocupação do solo) não podem ser desconsiderados. Aqui novamente Uruguaiana aparece como exemplo paradigmático.⁶

⁵ Esse processo de desconcentração, na realidade, se deu relativamente ao pólo representado por São Paulo no sistema urbano brasileiro. Porém as áreas que receberam os fluxos econômicos e demográficos configuram-se como espaços que apresentam níveis já elevados de concentração, permitindo caracterizar um fenômeno de "desconcentração concentrada".

⁶ Sobre os impactos do incremento dos fluxos de transporte de carga na cidade de Uruguaiana, consultar Oliveira (coord., 1996).

Podemos levantar, ainda, outros aspectos atinentes às possibilidades postas pelo incremento dos transportes na redefinição do papel da fronteira, já que a

“(...) adoção de uma estratégia comercial que revaloriza o mercado latino-americano para os próprios países latino-americanos e a instalação de programas de integração aumentam a importância da fronteira e da função facilitadora do transporte e do comércio” (VALENCIANO, 1996 p.187).

No período recente, foi favorecida a realização de grandes obras de infraestrutura, em especial a construção de estradas, de pontes internacionais, a interconexão de sistemas elétricos e de comunicações, bem como o aproveitamento de recursos naturais compartilhados.

Esses projetos, notadamente os de transporte, mas também os de energia, se articulam em estratégias ou megaprojetos mais globais, que freqüentemente fazem parte de um movimento em nível mundial em direção à globalização e ao aumento da competição entre os três blocos hegemônicos, visando ao controle de mercados e territórios. As fontes de financiamento e as instâncias de decisão estão, porém, cada vez mais afastadas dos níveis local e provincial-estatal e mesmo nacional dos países latino-americanos, o que implica a existência de grandes margens de incerteza em relação às áreas que serão atingidas e à intensidade dos impactos que esses projetos deverão promover (SCHWEITZER, 1996).

Nesses casos, enquadram-se os projetos de corredores de transporte ligados às estratégias de vinculação bioceânicas. Sua implementação acentua os efeitos negativos das políticas neoliberais sobre os vários territórios que buscam reunir as melhores condições na disputa para a localização das atividades. As fronteiras, cabe lembrar, são os lugares onde esses projetos vão provocar seus primeiros efeitos.

É importante termos em mente que tais projetos se desenvolvem em vinculação com os centros produtores de mercadorias de exportação, com os pontos de saída, transferência e entrada de produtos. No quadro das políticas econômicas globais, os únicos pontos fixos serão os que se articulam no interior de estratégias de transporte e na direção das localizações das atividades dinâmicas integradas ao mercado mundial. Essas articulações são definidas pelos portos, pelas pontes nas fronteiras e pelos centros de transferência, de produção de alta tecnologia e pelos serviços de apoio, que terão seu papel necessariamente reforçado (SCHWEITZER, 1996).

Em segundo lugar, cabe realizarmos uma rápida exposição a respeito das possibilidades regionais mais importantes em termos do perfil produtivo da área.

Em linhas gerais, os autores indicam que as virtualidades da integração radicam nas zonas de complementaridade mais do que nas zonas de competição.

É o caso de toda a área de clima temperado na Argentina, cujos produtos dificilmente podem ser produzidos no Brasil com o mesmo nível de competitividade, como é o caso dos cereais.

O problema é que muitas regiões se estruturaram no passado, com uma determinada massa populacional e uma determinada estrutura econômica, em função de um cenário nacional com forte intervenção estatal e altas taxas de proteção aduaneira. É possível que, em um panorama de maior liberdade comercial e menor intervenção estatal, as atividades viáveis nessa região não justifiquem essa massa populacional nem permitam a subsistência da mesma estrutura econômica (MALETTA, 1995).

Em outras palavras, cada possibilidade de expansão pode ser vista como uma ameaça do outro lado da fronteira intra-regional. A integração propõe a especialização produtiva, de acordo com as vantagens comparativas existentes ou que possam se desenvolver. Ao mesmo tempo, o aumento do rigorismo fiscal que caracteriza essa época de ajustes reduz as possibilidades das políticas de fomento baseadas em transferências, subsídios e esquemas de proteção (MALETTA, 1995).

A integração pode ter efeitos desiguais sobre diferentes regiões, acentuando ou reduzindo disparidades regionais. Essas tendências podem ser verificadas não só na relação entre países, mas também no interior de cada formação social, onde já podemos observar, nos últimos anos, o curso de processos levando à dispersão geográfica dos meios de produção industrial e ao surgimento de novas áreas industriais ou à extensão das existentes. Do mesmo modo, constatamos a presença de novas regiões se sobressaindo no quadro da produção agrícola.

Assim, no caso do futuro Mercosul, não será improvável ou aventurado prever a configuração de novos cenários econômicos e paisagens industriais, seja nas áreas de contato entre os países-membros, isto é, nas fronteiras, seja nas áreas já industrializadas, algumas das quais poderão receber impactos estimulantes em relação ao seu crescimento, enquanto outras poderão ter seu dinamismo inibido (CICCOLELLA, 1994). Como exemplo, podemos mencionar as possibilidades de implantação do Gasoduto, passando por Paso de Los Libres e Uruguaiana, e que significa um potencial energético utilizável na produção industrial local.

Devemos assinalar, por fim, que não cabem muitas alternativas ao processo de integração entre as nações do Cone Sul, o que inclui a área fronteira em foco, se pensarmos exclusivamente na atual estruturação do mercado internacional em blocos e nas dificuldades e papéis relativamente marginais que as economias latino-americanas desempenham na atual divisão internacional do trabalho (CICCOLELLA, 1994).

Um dos pontos nevrálgicos no processo de integração é a harmonização da política macroeconômica e das políticas setoriais. Constitui grande desafio compatibilizar a manutenção de um grau de autonomia nacional com a necessária harmonização de políticas sob o signo da liberalização. Coloca-se a necessidade de políticas governamentais ativas de desenvolvimento econômico nacional em suas dimensões produtiva, tecnológica e de emprego/renda frente à liberalização comercial (DELGADO et al. 1994).

É preciso fazermos novamente uma referência às possibilidades de fragmentação em várias etapas dos processos produtivos, com maiores possibilidades de descontinuidade física, o que traz, virtualmente, alternativas para regiões não centrais.

A questão é que, provavelmente, nem todas as regiões estejam em condições de atrair novos investimentos, ao menos no médio prazo. Sobretudo aquelas regiões que já antes da integração estavam em uma situação de desequilíbrio populacional, com fortes taxas de emigração e elevados índices de pobreza, se não conseguem encontrar um nicho sustentável no esquema integracionista, podem ver agravadas suas condições iniciais.

No caso da fronteira, a população e a renda poderão manter-se e crescer somente se a região encontrar rapidamente um esquema econômico novo, integrado regionalmente. Não podemos esquecer que a integração rompe com articulações econômicas históricas verificadas nas fronteiras:

“(...) a possibilidade de que os produtos atualmente só adquiridos na fronteira estejam à disposição em qualquer cidade desses países deverá romper o circuito tradicional de compras, alterando atividades locais” (SCHÄFFER, 1993, p.157).

Assim, a partir das propostas de liberalização econômica, as áreas de fronteira, especialmente as cidades organizadas em torno do comércio, podem ser afetadas, já que a diminuição considerável dos tempos de traslado permite às firmas ampla liberdade frente à fricção espacial, podendo operar, portanto, a distâncias maiores.

Restaria, ainda, uma observação de caráter especulativo sobre as transformações em nossa fronteira, no que se refere à questão dos movimentos da população.

O espaço geográfico que hoje corresponde ao Mercosul foi historicamente região com alta circulação interna e grande receptora de imigração transoceânica. Atualmente, essa região se converteu em emissora de migrantes para os países latino-americanos. Como pontos de destino desses deslocamentos destacam-se os grandes centros urbanos e os de produção primária e mineração na Argentina e no Brasil. A Argentina é um país com larga tradição receptora de

fluxos regionais, havendo dois países emissores em especial, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil apresenta uma mobilidade mais equilibrada em ambos os sentidos, com colônias importantes no Paraguai e de menor número em regiões fronteiriças da Argentina e do Uruguai. Ele recebe, por sua vez, fluxos dos três países (KRATOCHWIL, 1996).

Os antecedentes recolhidos pelo Proyecto de Investigación sobre Migración Internacional em Latinoamérica (IMILA) mostram que a migração internacional de latino-americanos entre países da região e para os Estados Unidos e o Canadá não apenas aumentou em tamanho absoluto, como também se diversificou no que se refere à composição das correntes. Assim, por exemplo, até o começo da década de 80, podíamos observar que os migrantes com maior grau de qualificação tendiam a se deslocar para países distantes ou para o exterior da região, enquanto as correntes migratórias entre países limítrofes tendiam a incluir pessoas com níveis menores de escolaridade e ocupadas em atividades que demandavam baixa qualificação. No período recente, no entanto, esse tipo de diferenciação parece estar perdendo nitidez. Os dados disponíveis dos últimos censos permitem identificar uma heterogeneidade nas características dos protagonistas da migração internacional (VILLA, 1996).

Pensando sobre as possíveis conseqüências de uma maior integração dos países latino-americanos na economia mundial e, mais especificamente, dos acordos comerciais entre países — como o Mercosul —, pode ocorrer uma revalorização das zonas de trânsito e dos espaços de tipo fronteiriço, o que deixaria em aberto os possíveis desdobramentos em termos de uma maior migração ou de outras formas de mobilidade da população. Certamente, esses acordos não se constituem em instrumentos para desestimular a migração, como aconteceu no caso daqueles assinados entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (VILLA, 1996).

Sobre os efeitos migratórios concretos do processo de integração do Mercosul, só é possível observar até agora casos pontuais, vinculados à situação de safra, contratos de serviços e a um paulatino incremento de outros movimentos temporários decorrentes do maior número de nexos transfronteiriços em comércio, educação, turismo, investigação científico-tecnológica, etc. Um fator que tem se destacado como indutor de fluxos transfronteiriços é a migração de proprietários de terras e de empresários agrícolas brasileiros — e, ainda, de pequenos agricultores — que estão se estabelecendo na Argentina e no Uruguai, o que tem se traduzido em migração permanente ou temporária de trabalhadores.

Não podemos deixar de assinalar que, sendo o Mercosul medianamente exitoso em seus objetivos econômicos e sociais, os Estados partícipes podem transformar-se em alternativa para os crescentes fluxos migratórios internacionais originados nos países pobres, não só na América Latina, que enfrentam cada

vez mais xenofobia e desocupação nos países industriais para onde se destinam (KRATOCHWIL, 1996).

No quadro da definição de uma política demográfica, observamos práticas emergentes a partir da integração. Destacam-se: novas legislações nacionais para migrações (como Chile e Argentina); acordos de desenvolvimento para regiões fronteiriças comuns; facilitação e modernização dos controles fronteiriços (como entre Brasil, Argentina e Uruguai); e acordos binacionais mais amplos, que contemplam diversos tipos de medidas para a mobilidade de pessoas, especialmente para trabalhadores temporários (como entre Chile e Argentina; Bolívia e Argentina, etc.) (KRATOCHWIL, 1996).

Além das normas ao nível nacional e dos acordos binacionais e regionais, existe um conjunto de convênios e recomendações internacionais que enquadram a temática basicamente desde a ótica dos direitos humanos e suas distintas expressões particulares quanto à raça, família, trabalho, segurança, gênero, idade, nacionalidade e outros.

Retomando a reflexão até agora desenvolvida, num esforço de síntese das principais questões levantadas, pensamos que os efeitos dos processos de reestruturação econômica e de integração regional sobre os territórios e sociedades fronteiriços estão se manifestando em vários aspectos dentro dos campos político, econômico e social. Destacamos as decorrências que devem incidir no ambiente, na organização econômica e social e na utilização e ocupação do solo pela implantação das novas grandes infra-estruturas de transporte e das atividades a elas associadas — pontes, túneis, caminhos, portos, etc. Também as transformações relacionadas com o aumento da competição entre os países envolvidos no processo de integração e as mudanças promovidas pela localização das novas atividades econômicas, ligadas ou não à implantação dos grandes projetos e das políticas de integração, são elementos importantes nessa nova dinâmica. Por fim, temos as modificações na dinâmica demográfica da área, o aumento das interações entre as populações fronteiriças e as possíveis mudanças nas condições de vida dos habitantes da fronteira, que poderão vir acompanhadas de impactos disruptivos.

É fundamental levarmos em conta que esses processos irão desenrolar-se de forma desarticulada se não houver a definição de políticas regionais ou nacionais em relação às fronteiras. Sem mudanças na ação dos diferentes segmentos envolvidos, os resultados poderão dar-se na direção da transformação e da fragmentação dos territórios, com a permanência, ou até ampliação, das desigualdades regionais e da exclusão social.

Bibliografia

- ALONSO, José A. F., BANDEIRA, Pedro S. (1990). Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro F. C., coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre : FEE. t.1.
- ARROYO, Monica (1997). A internalização do externo no ambiente dos negócios novos elementos na dinâmica territorial. In: CASTELLO, Iara Regina et al., orgs. **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre : UFRGS/ FEE. p.27-43.
- BOGUS, Lucia M. M., MONTALI, Lilia, BAENINGER, Rosana (1990). Processos migratórios no Estado de São Paulo: resultados de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. **Anais...** Caxambu : ABEP. v.1, p.427-460.
- BOURDIEU, Pierre (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: —. **O poder simbólico**. Lisboa : DIFEL /Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. cap.5.
- CICCOLELLA, Pablo J. (1994). O capitalismo histórico: entre o protecionismo e a integração em blocos econômicos. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana M da Frota, NABUCO, Regina, orgs. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. p.43-54.
- COURLET, Claude (1996). Globalização e fronteira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.11-22.
- DELGADO, Nelson et al. (1994). O projeto Mercosul; sugestões para debate. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana M. da Fronta, NABUCO, Regina, orgs. **Integração região e regionalismo**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. p.89-100.
- DIAGNÓSTICO y elementos para la formulación de una estrategia para la región NEA (1985). CEUR. 2t. (Proyecto ARG/83/013 PNUD; mimeo).
- FREITAS, Decio (1990). **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre : Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes. p.9-52.
- GONZALES POSSE, Ernesto (1986). Efecto de los grandes proyectos hidroelectricos binacionales en la integración fronteriza. **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires : Intal, v.11, n.118, p.31-44, nov.

- GONZALES POSSE, Ernesto (1991). Marco conceptual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza. In: FRONTERA, integración y después el desarrollo regional integrado: un aspecto específico de la integración nacional. Montevideo : CIESU - LOGOS.
- HARVEY, David (1992). **Condição pós - moderna**. São Paulo : Loyola.
- IANNI, Octavio (1996). **A era da globalização**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- KERN, Arno Alvarez (1982). **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre : Mercado Aberto.
- KRATOCHWIL, Hermann (1995). Movilidad transfronteriza de personas, migración laboral y procesos de integración regional. In: SEMINARIO. **La dimensión social de la integración regional**. Santiago do Chile : CEFIR. (Documento final). p.215-226.
- KRATOCHWIL, Hermann (1996). Migraciones, circulación de personas y política migratoria en el Mercosur. In: PATARRA, Neide Lopes, coord. **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas : FNUAP; São Paulo : Oficina Editorial. v.2. p.155-166. (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil).
- MALETTA, Héctor (1995). Impactos de la integración regional sobre las disparidades internas de los países: algunas reflexiones sobre el Mercosur. In: SEMINARIO. **La dimensión social de la integración regional**. Santiago do Chile : CEFIR. (Documento final).
- MELO, José Luiz Bica de (1997). Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iara Regina et al., orgs. **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre : UFRGS/ FEE. p.68-74.
- MOURA, Rosa (1997). Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: CASTELLO, Iara Regina et al., orgs. **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre : UFRGS/ FEE. p.96-106.
- NEVES, Gervasio R. (1976). **Fronteira gaúcha**. Belo Horizonte : UFMG. (Tese de livre docencia; mimeo).
- NEVES, Gervasio R. (1990). A rede urbana e as fronteiras: notas prévias. In: OLIVEIRA, Naia, BARCELLOS, Tanay, orgs. **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre : FEE. p.118-140.
- NUÑES, Tarso (1990). **Diagnóstico sócio - economico da região de misiones Brasil e Argentina**. (mimeo).

- OLIVEIRA, Naia (1990). O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: ALMEIDA, Pedro F. C., coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre : FEE. p.118-140.
- OLIVEIRA, Naia (1992). Áreas de fronteira na perspectiva da integração latinoamericana. **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.3, p.138-151.
- OLIVEIRA, Naia, coord. (1996). **A fronteira oeste do RS na integração latino-americana**. Porto Alegre : FEE. (Documentos FEE).
- OLIVEN, Ruben George (1990). **O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental: o tradicionalismo gaúcho**. Porto Alegre : UFRGS. (Cadernos de antropologia, n.1).
- OLIVEN, Ruben George (1992). **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - Nação**. Petropolis, RJ : Vozes.
- OSORIO, Helen (1990). **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre : CPG em História. (mimeo).
- PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana (1995). Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes, coord. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas : FNUAP; São Paulo : Oficina Editorial. v.1. p.78-88. (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil).
- PÉBAYLE, Raymond (1994). As regiões fronteiriças e o projeto de integração do MERCOSUL. In: LEHNEN, Arno Carlos et al., orgs. **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre : UFRGS/ Pref. Municipal de Uruguaiana.
- RECONDO, Gregorio (1988). Comités de frontera: nuevos mecanismos para la integración regional. **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires : Intal, v.13, n.132, p.35-47, mar.
- ROFMAN, Alejandro, MARQUES, Nora (1988). **Desigualdades regionales en la Argentina: su evolución desde 1970**. Buenos Aires. (Cuadernos del CEUR).
- SALAMA, Pierre (1996). A America Latina: integração sem desintegração? **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2, p.253-285.
- SALES, Teresa (1995). O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes, coord. **Emigrações e imigrações**

- internacionais no Brasil contemporâneo.** Campinas : FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial. v.1, p.89-103. (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil).
- SALES, Teresa (1996). Migração de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas : ABEP, v.13, n.1, p.87-98, jan./jun.
- SCHÄFFER, Neiva (1992). **A produção de espaço residencial em cidade de fronteira:** a expansão de Sant'Ana do Livramento/ RS. Porto Alegre : UFRGS/PROPUR.
- SCHÄFFER, Neiva (1993). **Urbanização na fronteira:** expansão de Sant'Ana do Livramento/ RS. Porto Alegre : UFRGS.
- SCHÄFFER, Neiva (1994). **O comercio de rua na fronteira:** uma nova dimensão de uma prática tradicional. (mimeo).
- SCHÄFFER, Neiva (1995). MERCOSUL e as transformações recentes na fronteira meridional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6, Brasília. **Anais...** Brasília : ANPUR. (mimeo).
- SCHWEITZER, Alejandro F. (1992). Políticas locales y territorio en el proceso de intergración del Cono Sur. In: ESTUDIOS de caso en la region fronteriza del Rio Uruguay.
- SCHWEITZER, Alejandro F. (1996). **Frontières et aménagements du territoire dans le Cone Sud de l'Amérique Latine:** l'integration frontalière de l'Argentine et les pays du Bassin de la Plata. (Seminario ALDG2; géopolitique, réseaux industriel et aménagements; mimeo).
- SCHWEITZER, Alejandro F., LAURELLI, Elsa (1995). Infra estrutura ou mega estruturas? Alguns projetos podem transformar e Cone Sul. **Newsletter**, Lincoln Institute of Land Policy, v.7, n.3.
- VALENCIANO, Eugenio O. (1990). Los comités de frontera: funcionamiento y experiencia. **Integracion Latinoamericana**, Buenos Aires : Intal, v.15, n.156, p.40-53.
- VALENCIANO, Eugenio O. (1996). La frontera: un nuevo rol frente a la integración - la experiencia en el MERCOSUR. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.185-205.
- VALENCIANO, Eugenio O., GANSTER, Paul (1992). El acuerdo de libre comercio México - Estados Unidos y sus repercusiones en la frontera. **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires : Intal, v.17, n.181/182, p.21-46, ago./sept.

VILLA, Miguel (1996). Uma nota acerca del proyecto de investigación sobre migración internacional en America Latina - IMILA. In: PATARRA, Neide Lopes, coord. **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas: FNUAP; São Paulo : Oficina Editorial. v.2. p.107-124. (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil).

Abstract

This paper sheds light on aspects concerning the impact of globalization on geographic areas on the border of different countries. It focuses the border areas in Latin America, which are currently undergoing a process of market integration. This article includes an analysis of the international and national debate concerning the world wide economic restructuring as well as of the theoretical issues involved in the concept of frontiers. In addition it includes a brief empirical analysis of the border areas between the state of Rio Grande do Sul, Brazil, and the province of Corrientes in Argentina. The study tries to identify the main changes produced by the integration process, in particular its effects on the economy of these regions as well as on social relations.